



RAÍZES DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EXPRESSÃO GRÁFICA

*Mario Duarte Costa*¹

Resumo: Este texto apresenta o ponto de vista de Mario Duarte Costa, Doutor em Arquitetura desde 1966, sobre as dificuldades pelas quais passa o ensino da Expressão Gráfica há mais de cinquenta anos.

Palavras-chave: expressão gráfica, Associação Brasileira de Expressão Gráfica.

Abstract: This paper presents the point of view of Mario Duarte Costa, Doctor of Architecture since 1966, about the difficulties undergone by the teaching of Graphic Expression for over fifty years.

Keywords: graphic expression, Associação Brasileira de Expressão Gráfica.

O autor se apresenta: Estávamos nos anos 60 do século passado. Cursei engenharia civil em toda a primeira metade daquela década, na Escola de Engenharia da Universidade do Recife, hoje UFPE. A partir do segundo ano do curso, tornei-me monitor da disciplina complementos de Geometria Descritiva, Elementos de Geometria Projetiva e Aplicações Técnicas (a extensão desse título expressa a confusão que imperava no campo do desenho, desde aquela época). Desempenhei aquela função até o final do curso de graduação. Além de assessorar o professor Manuel Caetano Queiroz de Andrade naquela cátedra dos cursos de engenharia, também o auxiliava em outra que possuía na Escola de Belas Artes da mesma universidade, atendendo o curso de Professorado de Desenho. Naquela unidade universitária também foi criado o curso de Arquitetura e Urbanismo, que já se instalara em Faculdade desde a década anterior. As atividades didáticas na monitoria me levaram a optar pelo ensino, depois de formado. Fui contratado como professor auxiliar nas mesmas cadeiras que monitorava. Já em 1966 consegui o título de Doutor em Arquitetura, através de concurso de Livre Docência. Precisava desse título para concorrer à cátedra de Geometria Descritiva, que estava vaga na Faculdade de Arquitetura. Consegui em tempo a inscrição no concurso, mas sua realização foi suspensa com a extinção das cátedras em todo o Brasil. Meu concorrente foi efetivado na regência daquela disciplina que já exercia interinamente. Mas passei a professor adjunto nas disciplinas da Escola de Engenharia e da Escola de Belas Artes. Nesta última, passei a reger a disciplina de Transformações Geométricas para o curso de Professorado de Desenho, que passou à denominação de Licenciatura em Desenho e Plástica.

¹ Professor aposentado da Universidade Federal de Pernambuco - alcyvcosta@yahoo.com.br



1 O Desenho no Ensino Básico

Quando os programas de auxílio ao desenho começaram a ser lançados no mercado, presumiu-se que os métodos de concepção e representação da forma, até então ensinados nas instituições educacionais, entrariam rapidamente no rol dos procedimentos obsoletos.

Até a época acima citada, DESENHO era matéria obrigatória no curso ginásial. Corresponhia tal curso aos quatro últimos anos do atual Ensino Fundamental. Era precedido pelo curso Primário, onde o aluno aprimorava o seu traçado com a prática da caligrafia, ao lado de atividades lúdicas exercidas desde a pré-escola. Mas, era no ginásio que ele tinha aulas específicas de Desenho, com professor específico (quando havia, naturalmente – basta dizer que tive aulas de desenho com um médico, que exercia sua profissão e lecionava também latim).

No programa das séries ginásiais, o desenho era ministrado em três blocos: um de desenho geométrico, outro de desenho decorativo e um terceiro de desenho de observação.

O primeiro praticava o traçado a régua e compasso, para obtenção de paralelas e perpendiculares, divisão de segmentos de reta e de ângulos em partes iguais ou proporcionais, concordância de arcos e segmentos, traçado de linhas tangentes, retificação de circunferências e outras construções que visavam, originalmente, fixar conhecimentos de geometria plana. Mas, anos e anos de deficiência acumulada no ensino da geometria nas aulas de matemática levaram o desenho geométrico a uma cansativa repetição de receitas de traçados, sem qualquer justificativa geométrica. A principal motivação para o seu aprendizado era a aplicação histórica de curvas concordantes na arquitetura e nas artes plásticas, ou da divisão áurea nas proporções da arte ocidental. Mesmo isso era um conhecimento já considerado ultrapassado àquela altura, com os modismos da arte moderna.

O segundo bloco explorava as faixas decorativas, de motivo geométrico ou de formas naturais. Era enriquecido com o uso de texturas diversas ou mesmo de cores. Evidentemente cumpria um objetivo estético, se bem que dirigido a uma arte de consumo.

No terceiro vinha o desenho do natural ou de objetos de forma mais simples. Nas formas mais geométricas observava-se o sombreado e a transparência, ressaltando-se o efeito de fuga das linhas paralelas como prática incipiente da perspectiva cônica.

A presença do desenho no segundo grau de ensino só se fazia obrigatória no curso científico, no curso pedagógico e nos cursos técnicos que exigem a linguagem gráfica. Quando havia a disciplina de desenho nesse nível médio, o desenho

geométrico se estendia ao traçado de curvas cônicas, curvas cíclicas, espirais e outras de aplicação na tecnologia. Era ensinada a Geometria Descritiva até o estudo dos métodos auxiliares de rotação, rebatimento e mudança dos planos de projeção. Os elementos da Perspectiva eram abordados na representação de sólidos geométricos simples, como os ortoedros e sólidos redondos de revolução.

Nas escolas técnicas se desenvolvia um Desenho Técnico voltado para a especialidade escolhida pelo aluno. A perspectiva cônica, no ensino médio, só era então desenvolvida na formação do técnico em edificações, ou nas escolas de Belas Artes para a formação de pintores e escultores, em cursos que não eram reconhecidos como de nível superior.

De qualquer forma, nem a Geometria Descritiva, nem a Perspectiva, nem o Desenho Técnico, que muitas vezes apareciam nos programas de ensino como DESENHO PROJETIVO, apoiavam seus traçados na GEOMETRIA PROJETIVA, se o curso não fosse considerado de graduação superior, ou de terceiro grau.

2 O Desenho no Ensino Superior

Há muito tempo percebi claramente a razão pela qual, nos cursos de terceiro grau, os estudantes não toleravam o ensino da Geometria Projetiva.

O DESENHO GEOMÉTRICO se limitava ao espaço bidimensional. Usava projeções apenas sobre retas, com exceção das construções de figuras semelhantes através da HOMOTETIA. Ficou na mente dos alunos apenas como técnica de traçado, com a desvantagem sobre o DESENHO TÉCNICO por não admitir instrumentos de desenho como os esquadros, transferidor e normógrafos. Não existe coisa mais anacrônica que o traçado de retas paralelas e perpendiculares com o uso do compasso. E ainda assisto agora, em plena idade do computador, o ensino dessa técnica.

A GEOMETRIA DESCRITIVA teve seu ensino deformado em relação ao início do século XIX, quando Monge começou a divulgar sua invenção nas academias francesas. Há duzentos anos não estava pronta a estrutura matemática de PONCELET. A GEOMETRIA PROJETIVA aperfeiçoou a GEOMETRIA EUCLIDIANA, permitindo um melhor domínio das transformações projetivas. Explicou o verdadeiro mérito do sistema mongeano, que foi o uso do relacionamento homológico entre projeções ortogonais efetuadas sobre um diedro. Como não existe uma afinidade homológica entre tais projeções enquanto os planos de projeção estão no espaço tridimensional, é o rebatimento de um sobre o outro que estabelece entre eles uma perspectividade, através das linhas de chamada da épura. Mas o rebatimento equivale

a uma projeção de um plano sobre o outro em direção ortogonal ao plano bisetor do diedro. A transformação da projeção vertical na projeção horizontal se dá pelo produto de três projeções. Partindo da figura projetada no plano horizontal, a primeira transformação leva à própria figura. A segunda transformação leva a figura à sua projeção vertical. Uma terceira projeção leva esta ao rebatimento em torno da linha de terra.

Na geometria projetiva, aprende-se que o produto de duas homologias nem sempre é uma homologia. No diedro da geometria descritiva não há uma perspectividade entre uma figura projetada no plano horizontal e sua projeção no plano vertical. Mas o rebatimento do diedro restaura uma afinidade homológica entre os planos superpostos na épura.

É com perspectividades que lidam todos os sistemas de representação usados na tecnologia. Mesmo os programas de computação mais modernos não fazem mais que processar digitalmente transformações projetivas diretas.

O ensino da Geometria Descritiva no século passado não fazia mais do que relacionar o objeto estudado com o triedro cartesiano de referência. Além da preocupação analítica com as coordenadas numéricas, procurando saber em que regiões do espaço o problema se estendia, havia mesmo quem convencionasse tipos de traços interrompidos para representar retas que extrapolassem o primeiro diedro. Tais convenções procedem do Desenho Técnico, para facilitar a visibilidade de linhas que estão encobertas pelo volume do sólido representado, mas eram um preciosismo no estudo de retas e planos na Geometria Descritiva.

Poucos se deram conta da inutilidade da linha de terra na representação da figura objeto de estudo, pois nem mesmo é eixo da afinidade que se estabelece ponto a ponto entre as projeções diédricas, através das linhas de chamada, estas sim essenciais no sistema mongeano.

No ensino do Desenho Técnico já o aluno se liberava de trabalhar com a linha de terra. Isso levou muita gente, até hoje, a considerar que não é necessário estudar Geometria Descritiva para praticar o Desenho Técnico. É um entendimento que advém da interpretação de SISTEMA DIÉDRICO dada ao sistema mongeano. Muitos pensam que só podem ser usados dois planos de projeção. Não percebem que a expressão traduz o relacionamento projetivo existente entre as imagens obtidas em planos vizinhos, rebatidos um sobre o outro.

Tanto a Geometria Descritiva tradicional quanto o Desenho Técnico pecam por se prenderem excessivamente a um referencial “geográfico”, na denominação dos planos de projeção. Por que caracterizar sempre um deles como horizontal e outro como

vertical? No traçado, o único referencial concreto é o plano em que se desenha. Todos os sistemas de representação gráfica consistem em levar todos os pontos estudados no espaço tridimensional para um só plano, onde está a imagem que os representa. Em desenhos técnicos específicos, como o DESENHO TOPOGRÁFICO e o DESENHO ARQUITETÔNICO, facilita tomar como primeira vista um plano horizontal. Então acharam de chamar de MÉTODO DOS PLANOS COTADOS uma representação em que só pode ser usado o plano horizontal. A terceira dimensão é assegurada por cotas numéricas. A resolução de um problema mistura processos gráficos com outros analíticos. Nas resoluções gráficas é comum utilizar o rebatimento de planos seccionais, que mantêm relações projetivas com o plano horizontal.

Nunca entendi a razão da separação completa entre os diversos sistemas de representação gráfica, se todos eles utilizam transformações projetivas. Nas teses que apresentei em concurso, defendi o emprego do plano do desenho como único plano de projeção. Sobre ele o objeto estudado deveria ser projetado conforme a necessidade do estudo. Sendo mais vantajoso usar um segundo plano de projeção, que sua posição já fosse a mais útil para solução do problema. As coordenadas seriam usadas apenas para o posicionamento dos dados em relação ao plano do desenho, nunca para definir novos planos de projeção.

Infelizmente a geometria projetiva nunca foi ensinada devidamente nas nossas escolas. Praticamente não dispúnhamos de bibliografia em língua portuguesa. Os autores que nos chegavam, notadamente argentinos, expunham um texto muito analítico, com uma notação confusa. Os princípios fundamentais dessa geometria, o da CONTINUIDADE e o da MULTIPLICIDADE, não eram bem compreendidos nas transformações projetivas. Para a aplicação na geometria descritiva restava uma observação da presença da homologia nos rebatimentos ou na obtenção de seções planas dos prismas, pirâmides, cones e cilindros.

É natural que os próprios professores de desenho considerassem a inutilidade da geometria projetiva para o bom entendimento da geometria descritiva.

3 O IV Simpósio Nacional de Geometria Descritiva e Desenho Técnico

Após três eventos nacionais realizados na década anterior, no eixo sul-sudeste, coube a Pernambuco a vez de realizar mais um, em 1963. Notemos a dicotomia imperante entre GD e DT. Por que não simplesmente SIMPÓSIO DE DESENHO? Não seria uma tendência a escantear o Desenho Geométrico, sobrevivendo mais pelo interesse dos professores nas academias militares, mas levando descrédito ao suporte científico do desenho? Mas se assim fosse, por que excluir a Geometria Projetiva?

Na condição de monitor na Escola de Engenharia, participei da organização desse simpósio, no qual fui inscrito como efetivo, com direito a voto. Aos estudantes em geral, e mesmo aos professores do ensino médio, só era permitida a assistência ao evento.

O tema central foi A HARMONIA NAS MANIFESTAÇÕES PLÁSTICAS. A marca do evento traduzia a importância das transformações projetivas na geometria descritiva e no desenho técnico; incluía, sobreposta à forma de uma jangada, que imprimia a característica regional, o traçado de um círculo e de uma elipse, secantes entre si. Suas dimensões e posição relativa permitiam que fossem consideradas em afinidade homológica harmônica. Suas tangentes comuns deviam ser paralelas, definindo a direção da afinidade, cujo eixo seria a secante comum às duas curvas. Essa mensagem não ficou bem caracterizada. Conforme a consideração dos pares de pontos homólogos do círculo e da elipse, a afinidade poderia ser ESPECIAL, de constante +1 e eixo paralelo à direção da afinidade. É uma transformação não involutiva. A figura salientava ainda diâmetros horizontais e verticais nas duas curvas, o que não ajudava a percepção da harmonia, pois tais retas não se correspondiam nas transformações homológicas.

Esse tema é o título de uma bela tese defendida em concurso pelo professor Manuel Caetano. Ressaltava a importância das transformações projetivas nas artes plásticas, mostrando a integração que deve existir entre a ciência e a arte.

Essa tese gerou uma ampla discussão em plenário, que dominou o simpósio na definição e nos limites do que devia ser considerado na atualidade como GEOMETRIA DESCRITIVA.

Os mais conservadores achavam que devia ser respeitado o sistema diédrico na forma original inventada por Monge. Os mais avançados defendiam que o nome se estendesse a todas as representações que se enquadrassem na definição de Geometria Descritiva dada pelo seu criador. Além de todo o Desenho Técnico, qualquer outra forma de representação bidimensional de figuras tridimensionais seria enquadrada sob essa denominação, o que poderia levar seus limites a abarcar até mesmo as técnicas de representação que acrescentam o movimento à forma representada, como o cinema.

Entre as duas tendências extremas se situava a percepção do uso da Geometria Projetiva como característica principal da Geometria Descritiva. Mas tal uso não era bem compreendido pela maioria absoluta dos presentes.

Não faltaram propostas de mudança para o nome.

Por unanimidade, havia a percepção da infelicidade mongeana na escolha do nome que deu à sua técnica de representação gráfica. Os matemáticos reconhecem não ser uma estrutura axiomática, mas preferem demonstrar propriedades euclidianas para manter a Geometria Descritiva em seu poder, o que lhes permite o substantivo do nome dado por Monge. Este sábio, ainda na sua formação militar, intuiu propriedades projetivas para possibilitar as aplicações gráficas. Mas posteriormente usou a Geometria Analítica para desenvolver seus conhecimentos sobre as curvas, muitas das quais tiveram propriedades por ele descobertas, com importantes aplicações na arte e na tecnologia. Porém o adjetivo parece menos apropriado ainda. O verbo descrever, pelo menos na língua portuguesa, é muito pobre em significado.

Foram propostos nomes genéricos como DESENHO PROJETIVO e DESENHO REPRESENTATIVO. Outros eram mais específicos, como ESTEREOTOMIA e GEOMETROGRAFIA. Nenhum deles convenceu a maioria, que decidiu manter o atual.

No seu pragmatismo, alguns autores americanos adotaram uma expressão que tentava unir a Geometria Descritiva ao Desenho Técnico, chamando seu trabalho de GEOMETRIA DESCRITIVA TÉCNICA.

Não foi isso que comoveu os participantes do simpósio, que fundaram a ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PROFESSORES DE GEOMETRIA DESCRITIVA E DESENHO TÉCNICO. Não se importaram com a extensão da sigla, que parecia ter sido criada para um teste de dicção. Adaptaram a marca do evento para representá-la visualmente, substituindo a jangada pelo contorno do mapa do Brasil.

Infelizmente, não foi a marca nem o tema central do simpósio que levaram a maioria dos professores de expressão gráfica a dar mais atenção à importância das transformações projetivas.

4 Atuação da ABPGDDT

Já em 1964 foi realizado, também em Recife, o Iº Congresso Brasileiro de Professores de Desenho, aberto a todos os níveis. Nele foram ouvidos também os alunos, bastante incentivados em participar com trabalhos.

Aquele evento abriu uma fase reivindicatória das reuniões nacionais. Pleiteava-se a atualização e valorização do ensino do desenho em todos os currículos, da escola básica à superior.

Infelizmente as sugestões nem chegaram a ser apreciadas pelas autoridades governamentais. O obscurantismo cultural implantado pela ditadura militar levou o Brasil a adotar uma cópia defeituosa do pragmatismo norte americano no ensino do

desenho. O desenvolvimento industrial das décadas seguintes foi realizado com o ensino de um Desenho Técnico puramente convencional e normativo, apoiado nas escolas técnicas. Quando uma determinada indústria necessitava de um maior apoio teórico, providenciava cursos específicos para seus técnicos.

Não houve mais condições de realizar eventos nacionais na nossa área por muitos anos. O presidente da associação tentou por outra via chegar às bases da educação nacional. Batalhou e conseguiu implantar em Recife a primeira televisão educativa nacional, quase simultânea com a TV Cultura em São Paulo.

Tive oportunidade de atuar na TV Universitária em seus primeiros anos de funcionamento. Produzia aulas para o curso de Madureza e para um curso de Desenho para a Indústria. Tentei nessas aulas conduzir a expressão gráfica a um tratamento que considerava mais correto.

Enquanto isso, no ensino do terceiro grau, procurávamos valorizar a Geometria Projetiva, tanto nos cursos técnicos como nos artísticos. Mas foi somente no final da década de 70, através de cursos de especialização realizados em Recife, no Rio de Janeiro e em Santa Catarina, que foram reimplantadas as sementes de encontros nacionais na área de expressão gráfica.

Só germinaram em 1981, quando Santa Catarina realizou o 2º Congresso Nacional de Desenho. Apesar da continuidade na numeração, em relação ao congresso do Recife, este evento não conservou o mesmo nome, pois desejava enfatizar a participação estudantil.

No ano seguinte, Salvador ampliou ainda mais a área de atuação, chamando o evento de 3º Congresso Nacional de Desenho e Plástica. Bem intencionada, tal extensão foi contraproducente. Pela quantidade de oficinas de arte figurativa existentes na Bahia, o congresso teve a presença de participantes das artes plásticas na ordem dos milhares. Bloqueou completamente o cunho científico no tratamento do desenho, levando a um documento final bastante desencontrado.

Foi então reativada a ABPGDDT, que se encontrava em estado de hibernação.

Os professores do estado de São Paulo, seja pela preferência que sua indústria dava ao Desenho Técnico, em relação à Geometria Descritiva, seja por algum ressentimento em não ter participado da primeira diretoria da ABPGDDT, estavam meio ausentes do movimento nacional da expressão gráfica. Em 1983, professores da UNESP (na época, Fundação Educação de Bauru), especialmente os atuantes em Bauru, apoiaram a associação para realizar naquela cidade o V SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOMETRIA DESCRITIVA E DESENHO TÉCNICO.

Eu esperava demais por resultados daquele encontro.

O ensino do desenho chegara ao fundo do poço, no meu entender.

Eliminado como matéria obrigatória nos primeiros graus de ensino e nos exames vestibulares para as escolas técnicas e artísticas de terceiro grau, tinha sua carga horária insuficiente nos cursos de graduação. Não cabia nos programas de Geometria Descritiva, quando ainda havia no currículo alguma disciplina com esse nome, qualquer conteúdo específico de Geometria Projetiva.

Com muito custo sustentávamos, no Recife, um curso de Licenciatura em Desenho e Plástica, com disciplinas específicas de Transformações Geométricas e Geometria Descritiva. Quase todo o país substituiu esse curso pela Licenciatura Plena em Educação Artística com habilitação em Desenho. Tal opção nunca teve a preferência dos alunos. Os interessados pela linguagem gráfica, quando não conseguiam vaga nos cursos socialmente valorizados como Arquitetura e Engenharia, dirigiam-se aos cursos emergentes de Design e Comunicação Visual. Para o ensino, só sobrava atividade no próprio ensino de terceiro grau, onde os licenciandos tinham de concorrer com profissionais mais qualificados cientificamente naqueles cursos. Na licenciatura curta em Educação Artística praticamente não estava presente o desenho geométrico, sobrando poucas horas de ensino na licenciatura plena.

Nessa situação tive uma das maiores decepções da minha vida ao assistir, no simpósio de Bauru, à discussão e aprovação de uma proposta de retorno do ensino obrigatório de desenho geométrico no nível básico, EXATAMENTE COM O PROGRAMA DOS ANOS 40. Ninguém parecia entender que múmias não são ressuscitadas. Que o desenho geométrico, como estava sendo ensinado nos últimos anos, era inconcebivelmente superado, desprovido de qualquer proveito na vida do cidadão.

Seguiu-se uma sequência anual de simpósios, todos eles resultando em documento final que apelava pelo retorno do desenho ao ensino de todos os níveis. O maior mérito desses encontros foi a divulgação dos traçados a computador. Começou no VI Simpósio, realizado em 1984, em Londrina. Programa elaborado ainda em linguagem FORTRAN foi apresentado naquele evento, para a representação de sólidos ortoédricos em perspectivas paralelas. Mas, já em Juiz de Fora, no ano seguinte, o sétimo simpósio trouxe um profissional que expôs a presença do computador no traçado dos projetos automobilísticos, fazendo ver a velocidade com que a computação gráfica estava sendo utilizada no design.

O VIII Simpósio de Geometria Descritiva e Desenho Técnico, realizado no Rio de Janeiro em 1986, tentou acompanhar o desenvolvimento tecnológico dos traçados com um correspondente suporte científico. Foi quando a comunidade nacional tomou

conhecimento da expressão gráfica gerando encontros internacionais. Apesar de apresentar ainda documento reivindicatório de maior atenção do governo para o desenho, esse simpósio demonstrou um cansaço com tal política.

As escolas técnicas estavam adquirindo status de nível superior, transformadas em CEFETS, o que renovou a esperança em conseguir a implantação de mestrados e doutorados específicos para a nossa área. Isso já vinha sendo batalhado pela ABPGDDT desde a retomada da sua sequência de simpósios. Até hoje tal não se concretizou, pela insuficiência de suporte científico da expressão gráfica, apesar dos cursos de especialização realizados em vários centros.

Durante toda essa década de 80 a associação manteve a publicação do jornal O ENTRELINHAS, mas não reunia um número suficiente de associados para sustentar uma revista científica.

A própria realização de congressos foi espaçada. Só em 1989 foi realizado o IX Simpósio, em Embu, SP. Foi atualizado o estatuto da ABPGDDT, já sob nova direção. O original exigia a participação na diretoria apenas de sócios efetivos, praticamente limitados aos fundadores. O novo estatuto permitiu a ampliação do quadro de associados.

O X simpósio, em 1991, foi realizado em Brasília. Teve a inovação de ser denominado simplesmente de GRAPHICA 91. Foi uma tentativa de abreviar sua extensa designação, mas não contou com a minha simpatia. Além de não esclarecer para o leigo o seu conteúdo, criava neste a impressão de um congresso que reunia profissionais de oficina impressoras, vulgarmente conhecidas como “GRAFICAS”.

Naquele simpósio fui eleito presidente da ABPGDDT, voltando o Recife a sediar a associação.

Providenciamos a regularização documental da nossa associação. Como o Espírito Santo, estado escolhido em Brasília para realizar o XI Simpósio, não havia conseguido reunir condições para isso, realizamos em 1994 mais um GRAPHICA, em Recife.

Foi lá que fiz uma última tentativa de convencer os docentes de expressão gráfica da necessidade de melhores conhecimentos de Geometria Projetiva, lançando a publicação de um livro nosso sobre Transformações Projetivas. No simpósio de Embu, apresentei um trabalho onde comentei que os melhores docentes nacionais pecam por uma deficiente compreensão da teoria matemática adequada para o entendimento das transformações projetivas.

Àquela altura já era muito grande o encantamento com a velocidade propiciada pelos programas digitais. Dava a impressão que a facilidade do traçado exato e com

todo o tipo de textura e tonalidades de cor resolveria todos os problemas da criação e transformação de formas. Seria inteiramente inútil o conhecimento de propriedades mais elaboradas das curvas geométricas.

No GRAPHICA 94 a direção da ABPGDDT passou para Santa Catarina, onde foi acrescentado, a partir do GRAPHICA 96, um evento internacional. Sob a nova direção, foram realizados ainda o GRAPHICA 98 e o GRAPHICA 2000. No primeiro, em Feira de Santana, foi aprovada a mudança de nome da associação, nascendo a ABEG.

Daí em diante, acredito que a história da nossa associação já está bem acompanhada pela atual geração de docentes.

5 Ponto de vista pessoal sobre as denominações da expressão gráfica

Após a polêmica ocorrida no IV SIMPÓSIO, achei melhor não mais usar expressões tradicionais. Nas publicações para fins didáticos passamos a denominar de GEOMETRIA GRÁFICA BIDIMENSIONAL, todas as construções de figuras planas no próprio plano do desenho, e de GEOMETRIA GRÁFICA TRIDIMENSIONAL, as construções de imagens planas representativas de figuras do espaço. Na primeira expressão cabia todo o antigo DESENHO GEOMÉTRICO, porém com todo o suporte das propriedades das figuras, usando as transformações projetivas no E1 e no E2. A segunda englobava toda a GEOMETRIA DESCRITIVA, com os diversos sistemas de representação, usando projeções cilíndricas e cônicas dentro dos princípios que regem as transformações projetivas no E2 e no E3.

Após o segundo simpósio realizado no Recife, tentei usar a denominação de GEOMETROTECNIA para uma disciplina que ministrasse os sistemas de representação estudados na GEOMETRIA DESCRITIVA e na PERSPECTIVA, dentro de uma visão que utilizasse as facilidades de traçado da computação gráfica para agilizar o DESENHO TÉCNICO.

A meu ver, embora os departamentos de Desenho nas faculdades isoladas geralmente fossem chamados de DEPARTAMENTO DE EXPRESSÃO GRÁFICA, não achei significativo para a nossa associação adotar tal terminologia. Dentro de uma Escola de Engenharia, por exemplo, todos entendiam perfeitamente quais as disciplinas estavam lotadas no seu departamento de Expressão Gráfica. Mas o mesmo não se pode garantir que acontecesse numa faculdade de Arquitetura ou numa escola de Belas Artes. O que dizer então para o entendimento que um leigo nas artes visuais teria de EXPRESSÃO GRÁFICA? Etimologicamente, o grafismo está na raiz da linguagem escrita, mesmo que esta tenha surgido de imagens iconográficas.

Meditando sobre etimologia, lamento o desvirtuamento da GEOMETRIA do seu sentido original. Se surgiu do traçado de figuras simples de medir e de reproduzir no solo alagado dos campos cultiváveis, há muito que tal função passou à topografia e à agrimensura. Quando o GEO passou a se referir ao planeta Terra, sua medição passou à GEOGRAFIA, e mais especificamente à GEODÉSIA.

Nos tempos atuais, quando GEOMETRIA não é palavra usada para designar estruturas axiomáticas dentro da matemática, ela se refere a um estudo das formas em geral, através das medidas obtidas da comparação com outras mais conhecidas. Se a FORMA tem MORPHO como raiz grega, gerando a MORFOLOGIA de objetos e seres naturais, o que mais fazemos na GEOMETRIA é de fato uma MORFOMETRIA.

Esta é uma denominação que hoje eu usaria para manter a pureza das nossas raízes ocidentais, mas jamais acreditaria que alguém tivesse a coragem de propor tal mudança, em tempos responsáveis por chamar de COMPUTAÇÃO GRÁFICA um TRAÇADO A COMPUTADOR.